

# Usina Batatais S/A Açúcar e Alcool

CNPJ 54.470.679/0001-01  
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Assim, apresentamos a seguir a Demonstração do Resultado do Exercício sem os respectivos efeitos:

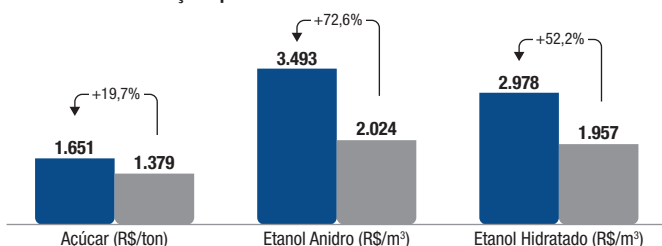
Demonstração do resultado do exercício - Consolidada		Efeitos do exercício sem os respectivos efeitos	
	2022	do CPC 06	do CPC 06
Receita líquida das vendas	1.188.750	-	1.188.750
Custo dos produtos vendidos	(939.491)	-	(939.491)
Estorno dos gastos com parceria agrícola e arrendamento	162.438	162.438	-
Amortização do direito de uso	(107.339)	(107.339)	-
Varição do valor justo do ativo biológico	3.113	-	3.113
<b>Lucro bruto</b>	<b>307.471</b>	<b>55.099</b>	<b>252.372</b>
Despesas com vendas/gerais/administrativas/outras	116.937	-	116.937
<b>Lucro operacional</b>	<b>424.408</b>	<b>55.099</b>	<b>369.309</b>
Despesas financeiras líquidas	(93.734)	-	(93.734)
Despesas financeiras IFRS 16	(48.615)	(48.615)	-
Varição cambial líquida	24.820	-	24.820
Derivativos	(26.240)	-	(26.240)
<b>Lucro antes do IR/CS</b>	<b>280.639</b>	<b>6.484</b>	<b>274.155</b>
Imposto de renda e contribuição social	(94.711)	(2.204)	(92.507)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>185.928</b>	<b>4.280</b>	<b>181.648</b>

EBITDA e EBITDA Ajustado		Controladora	
	2022	2022	2021
<b>Lucro líquido</b>	<b>185.928</b>	<b>185.928</b>	<b>75.038</b>
(+) IR/CS	94.711	84.972	32.926
(+) Resultado financeiro	143.769	136.480	134.304
<b>EBIT</b>	<b>424.408</b>	<b>407.380</b>	<b>242.268</b>
(+) Depreciação e amortização	83.625	63.930	69.266
(+) Depreciação do CPC06	120.607	91.676	94.831
<b>EBITDA Contábil</b>	<b>628.640</b>	<b>562.986</b>	<b>406.365</b>
Margem EBITDA Contábil	94,3%	80,6%	59,7%
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(162.438)	(139.343)	(123.008)
(-) Custo com amortização de cana-de-açúcar	(3.113)	(9.862)	(31.106)
(-) Valor justo dos ativos biológicos	148.531	134.186	116.924
(+) Colheita do ativo biológico	(217.458)	(217.458)	-
(-) Eleito ganho por compra vantajosa	394.162	307.658	369.175
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>394.162</b>	<b>307.658</b>	<b>369.175</b>
Margem EBITDA Ajustado	33,2%	37,7%	44,8%

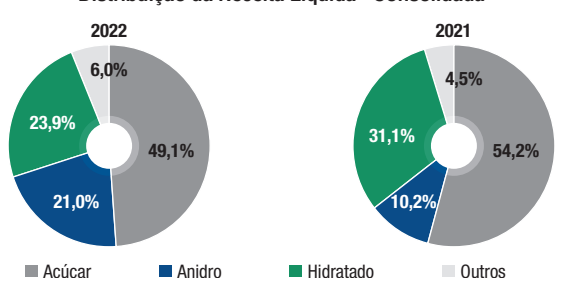
Receita operacional		Controladora	
	2022	2022	2021
Mercado interno	781.218	575.372	556.375
Terceiros	-	13.634	-
Partes relacionadas	-	-	-
Mercado externo: Terceiros	519.783	310.625	362.940
Receita líquida	1.301.001	899.631	919.315
(112.251)	(83.343)	(94.687)	-
Impostos sobre vendas	1.188.750	816.288	824.628

Receita líquida por produto: Açúcar		Controladora	
	2022	2022	2021
Receita líquida	583.875	375.235	446.592
Etanol	533.304	368.832	340.691
Cibios	15.304	12.170	6.191
Energia	12.102	-	-
Outros	44.165	60.051	31.154
	1.188.750	816.288	824.628

## Preço líquido unitário médio - Consolidado



## Distribuição da Receita Líquida - Consolidada



Na safra atual, devido ao melhor preço, os etanóis representam 44,9% da receita líquida, onde na safra anterior foi de 31,3%. Houve uma redução no volume comercializado de açúcar, decorrente da mudança no preço do etanol, que neste ano está retornando uma margem de venda maior.

Resultado financeiro		Consolidado		Controladora	
	2022	2022	2021	2022	2021
<b>Resultado financeiro (Contábil)</b>	<b>(143.769)</b>	<b>(136.480)</b>	<b>(134.304)</b>	-	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26.240	26.240	22.182	-	-
<b>Resultado financeiro - sem efeito de derivativos</b>	<b>(117.529)</b>	<b>(110.240)</b>	<b>(112.122)</b>	-	-
Varição cambial líquida	(24.820)	(27.839)	28.404	-	-
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(142.349)</b>	<b>(138.079)</b>	<b>(83.718)</b>	-	-

O resultado financeiro contábil da safra 2021/2022 apresentou um aumento de 7% de despesas em relação à safra anterior. A variação do resultado, reflete, principalmente, ao crescimento da dívida líquida em função do desembolso para aquisição de participações societárias e pelo aumento da taxa de juros no período. Com relação ao resultado de juros de arrendamento, o Grupo reconheceu despesas de juros sobre arrendamento e parceria agrícola, em decorrência aplicação da norma IFRS 16 - CPC 06(R2). A Batatais faz uso da Contabilidade de Hedge desde abril de 2016, quando passou a designar alguns instrumentos e tem, desde então, resultados acumulados no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, os quais serão levados ao resultado somente quando da liquidação do objeto de hedge. A controlada Cevasa passou a fazer uso da contabilidade de hedge a partir de setembro de 2021. Os instrumentos não designados para a Hedge Accounting seguem tendo sua marcação a mercado, bem como sua liquidação, alocadas na demonstração do resultado do exercício, dentro do resultado financeiro.

Demonstrações do resultado de exercício - Consolidada		Ajustes contábeis		Efeito 31/03/2022	
	31/03/2022	contábeis	caixa	ajustado	
Receita líquida das vendas	1.188.750	-	-	1.188.750	-
Custo dos produtos vendidos	(906.667)	-	-	(906.667)	-
Varição do valor justo do Ativo Biológico	3.113	(3.113)	-	-	-
Amortização do Ativo Biológico	(32.824)	32.824	-	-	-
Estorno dos gastos com Parceria Agrícola e Arrendamento IFRS 16	162.438	(162.438)	(55.099)	(55.099)	-
Depreciação do Direito de Uso IFRS 16	(107.339)	107.339	-	-	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>307.471</b>	<b>(25.398)</b>	<b>(55.099)</b>	<b>226.974</b>	-
Despesas com Vendas/Gerais/Administrativas/Outras	(100.078)	-	-	(100.078)	-
Resultado por Compra Vantajosa	217.458	(217.458)	-	-	-
Valor justo dos Cibios	(443)	443	-	-	-
<b>Lucro operacional</b>	<b>424.408</b>	<b>(242.403)</b>	<b>(55.099)</b>	<b>126.906</b>	-
Despesas financeiras líquidas	(94.206)	-	-	(94.206)	-
Despesas financeiras IFRS 16	(48.615)	48.615	-	-	-
Varição cambial líquida	25.292	(25.292)	9.821	9.821	-
Derivativos	(11.982)	-	-	(11.982)	-
MIMs Derivativos	(14.258)	14.258	-	-	-
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(143.769)</b>	<b>37.581</b>	<b>9.821</b>	<b>(96.367)</b>	-
Lucro antes do IR/CS	280.639	(204.822)	(45.278)	30.539	-
Imposto de renda e contribuição social	(12.731)	69.639	15.395	72.303	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(81.980)	81.980	-	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>185.928</b>	<b>(53.203)</b>	<b>(29.883)</b>	<b>102.842</b>	-

O resultado do Grupo, excluindo os ajustes contábeis não caixa, somou um lucro de R\$ 102.842 no acumulado desta safra. Estes efeitos são: aplicação do CPC06; variação cambial efeito competência; MIMs reconhecidos de instrumentos financeiros derivativos; Cibios reconhecidos a valor justo; resultado por compra vantajosa e variação do valor justo do ativo biológico.

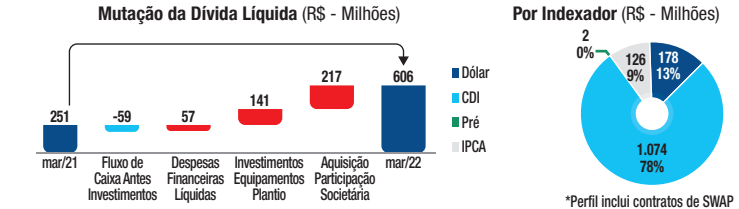
Balanco Patrimonial - Em 31 de março de 2022 e 2021 - Em milhares de reais		Consolidado		Controladora	
	2022	2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	9	693.781	500.183	779.718	-
Aplicações financeiras	9	16.276	16.276	8.788	-
Contas a receber de clientes	10	52.074	47.520	64.491	-
Instrumentos financeiros derivativos	35	59.098	42.381	1	-
Estoques	11	207.591	106.914	76.859	-
Ativo biológico	12	200.831	167.738	148.642	-
Adiantamentos a fornecedores	13	7.768	2.247	292	-
Tributos a recuperar	14	13.334	8.766	3.554	-
Impostos de renda e contribuição social	28	19.451	19.216	6.450	-
Demais contas a receber	15	8.162	6.391	5.900	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.278.366</b>	<b>917.632</b>	<b>1.094.695</b>	-
<b>Não Circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	9	62.534	62.534	43.071	-
Instrumentos financeiros derivativos	35	5.237	-	-	-
Tributos a recuperar	14	10.409	9.326	5.722	-
Demais contas a receber	15	6.939	5.203	5.124	-
		<b>85.119</b>	<b>77.063</b>	<b>53.917</b>	-
Investimentos	16	874	562.238	826	-
Imobilizado	17	844.558	455.289	400.936	-
Intangível		3.866	3.194	4.684	-
Direito de uso	18	1.055.724	880.230	558.423	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.990.141</b>	<b>1.978.014</b>	<b>1.018.786</b>	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.268.507</b>	<b>2.895.646</b>	<b>2.113.481</b>	-

Passivo e Patrimônio Líquido		Consolidado		Controladora	
	2022	2022	2021	2022	2021
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	19	90.469	56.059	49.025	-
Arrendamentos a pagar	17	17.820	8.193	7.187	-
Parceria agrícola a pagar	18	132.328	104.395	66.106	-
Empréstimos e financiamentos	20	218.798	218.798	326.555	-
Obrigações com a Cooperativa	21	1.206	1.206	1.087	-
Salários e contribuições sociais	23	27.895	18.738	21.406	-
Dividendos e lucros a pagar	24	8.927	8.927	9.427	-
Adiantamentos de clientes	25	21.817	16.662	42.271	-
Instrumentos financeiros derivativos	35	176.519	173.640	127.753	-
Tributos a recolher	26	10.509	5.750	15.437	-
Demais contas a pagar		4.548	3.003	133	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>710.836</b>	<b>615.371</b>	<b>666.387</b>	-
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	20	1.033.940	932.941	755.704	-
Adiantamentos de clientes	25	26.650	26.650	40.950	-
Arrendamentos a pagar	18	23.214	20.639	15.821	-
Parceria agrícola a pagar	18	869.989	724.502	470.175	-
Obrigações com a Cooperativa	21	18.230	18.230	19.136	-
Aquisição de participações societárias	22	126.351	126.351	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	35	67.058	65.694	78.819	-
Provisão para contingências	27	30.071	3.100	2.170	-
Tributos diferidos	28	115.044	115.044	27.639	-
Demais contas a pagar		36.061	36.061	1.411	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.346.608</b>	<b>2.069.212</b>	<b>1,411.625</b>	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>3.057.444</b>	<b>2.684.583</b>	<b>2,077.012</b>	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	29				
Capital social		52.294	52.294	52.294	-
Reservas de lucros		266.928	266.928	91.670	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(108.159)	(108.159)	(108.495)	-
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>211.063</b>	<b>211.063</b>	<b>35.469</b>	-
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>3.268.507</b>	<b>2.895.646</b>	<b>2,113.481</b>	-

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endividamento		Consolidado		Controladora	
	2022	2022	2022	2021	2021
Empréstimos e financiamentos - Circulante	218.798	218.798	326.555	-	-
<b>% Relação ao total</b>	<b>17%</b>	<b>19%</b>	<b>30%</b>	-	-
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	1.033.940	932.941	755.704	-	-
<b>% Relação ao total</b>	<b>83%</b>	<b>81%</b>	<b>70%</b>	-	-
<b>Dívida bruta bancária</b>	<b>1.252.738</b>	<b>1.151.739</b>	<b>1.082.259</b>	-	-
(-) Caixa e equivalentes	(693.781)	(500.183)	(779.718)	-	-
<b>Dívida líquida bancária de caixa e equivalentes</b>	<b>558.957</b>	<b>651.556</b>	<b>302.541</b>	-	-
<b>EBITDA Contábil</b>	<b>628.640</b>	<b>562.986</b>	<b>406.365</b>	-	-
<b>Dívida líquida bancária de caixa e equivalentes/EBITDA Contábil</b>	<b>0,89</b>	<b>1,16</b>	<b>0,74</b>	-	-
(+) Aquisições de participações societárias	126.351	126.351	-	-	-
(-) Aplicações financeiras 1	(78.810)	(78.810)	(51.859)	-	-
<b>Dívida líquida ajustada</b>	<b>606.498</b>	<b>699.097</b>	<b>250.692</b>	-	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>394.162</b>	<b>307.658</b>	<b>369.175</b>	-	-
<b>Dívida líquida ajustada/EBITDA Ajustado</b>	<b>1,54</b>	<b>2,27</b>	<b>0,68</b>	-	-

Em março/2022 a dívida líquida do Grupo totalizou aproximadamente R\$ 606 milhões, aumento de 142% em relação a março/2021, refletindo principalmente pela aquisição de participações societárias e investimentos com manutenção e expansão das áreas de plantio. Com relação a dívida líquida/EBITDA, permanece abaixo dos níveis máximos estabelecidos nas cláusulas restritivas (covenants) junto às instituições financeiras.



Cronograma de Amortização da Dívida (Valores em Milhões)		Por Modalidade (R\$ - Milhões)	
Curto Prazo	Longo Prazo	Capital de Giro USD	BNDES
773	219	165	126

continuação

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
Exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Incluído antes do imposto de renda e contribuição social</b>				
<b>Incluído operações descontinuadas</b>	280.639	270.900	107.964	
Depreciação e amortização	83.625	63.930	69.266	
Depreciação do direito de uso	31	120.607	91.676	94.831
Colheita dos ativos biológicos	31	148.531	134.186	116.924
Varição do valor justo do ativo biológico	12	(3.113)	(9.862)	(31.105)
Resultado por compra vantajosa	7	(217.458)	(217.458)	—
Resultado da alienação de ativo imobilizado	37	(6.509)	(6.734)	(486)
Resultado da baixa de arrendamentos e parcerias agrícolas	16	251	(897)	(596)
Resultado de equivalência patrimonial	16	—	(22.850)	—
Constituição de provisão para contingências	27	4.692	1.173	1.099
Reversão de provisão para contingências	27	(1.460)	(243)	—
Instrumentos derivativos não realizados		6.337	6.337	(2.571)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos de empréstimos	37	30.845	29.846	86.000
Juros de arrendamentos e parcerias agrícolas	18	53.316	44.552	40.377
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos de clientes		5.505	6.562	2.335
	507.708	390.760	482.790	
<b>Varições nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber de clientes	51.312	(11.790)	(20.901)	
Instrumentos derivativos não realizados - Margem	976	1	1	
Estoques	63.305	(19.481)	(2.839)	
Aumento de ativo biológico	12	(175.492)	(144.164)	(118.992)
Adiantamentos a fornecedores		(4.198)	(1.955)	129
Tributos a recuperar		(16.272)	(20.568)	2.284
Demais contas a receber		720	(311)	(2.566)
Fornecedores		(33.398)	7.033	15.598
Obrigações com a Cooperativa		(1.076)	(1.076)	(582)
Salários e contribuições sociais		(7.056)	(2.668)	(1.806)
Ativos relacionados à contratação		15.673	—	(1.434)
Provisão para contingências - liquidações	27	(1.573)	—	(1.434)
Adiantamento de clientes		(39.909)	(39.909)	26.979
Impostos a pagar		(10.175)	(9.687)	9.909
Demais contas a pagar		(10.761)	37.520	(51)
<b>Caixa gerada nas operações</b>	324.111	183.705	387.264	
Encargos financeiros pagos empréstimos	37	(63.552)	(53.552)	(50.048)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.731)	(2.992)	(7.450)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>257.828</b>	<b>127.161</b>	<b>329.766</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras		(26.951)	(26.951)	32.462
Adições ao ativo imobilizado e intangível exceto cana-de-açúcar		(60.991)	(48.015)	(30.033)
Adições ao ativo imobilizado cana-de-açúcar		(103.442)	(76.690)	(45.085)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado	37	20.062	20.062	4.787
Valor pago na aquisição da controlada, líquido do caixa obtido		(149.737)	(182.411)	—
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(320.698)</b>	<b>(314.002)</b>	<b>(38.018)</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Amortização de empréstimos e financiamentos bancários	37	(349.340)	(349.340)	(164.466)
Ingressos de empréstimos e financiamentos bancários	37	54.526	442.526	138.436
Amortização de arrendamentos e parceria agrícola	18	(203.826)	(173.453)	(117.309)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(12.427)	(12.427)	(6.219)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(23.067)</b>	<b>(92.694)</b>	<b>(149.558)</b>	
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(85.937)</b>	<b>(279.535)</b>	<b>142.190</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>9</b>	<b>779.718</b>	<b>779.718</b>	<b>637.528</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>9</b>	<b>693.781</b>	<b>500.183</b>	<b>779.718</b>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras - em 31 de março de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Contexto operacional:** A Usina Bataatás S.A. Açúcar e Alcool ("Companhia") tem sede no município de Bataatás no estado de São Paulo, e possui como atividade preponderante a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e seus subprodutos, além de exercer atividades agrícolas relacionadas à exploração de cana-de-açúcar em áreas próprias e de terceiros em regime de parceria. Substancialmente a cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é de propriedade da Companhia. Em março de 2016, a Companhia encerrou seu vínculo com a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo ("Cooperativa"), a partir do início da safra 16/17 (março de 2016) passou a ser comercializada de forma independente pela Companhia. Mesmo com o desligamento, a Companhia mantém os compromissos assumidos perante a Cooperativa ou perante terceiros originados até a data do desligamento, ficando assegurado à Companhia o direito de participação proporcional no resultado de ações indenizatórias movidas pela Cooperativa, mesmo que concluídas após a data do desligamento (Notas 15 e 21). A Companhia é controlada pela holding Companhia Participações e Empreendimentos S.A., na qual possui 100% das ações. Conforme comunicado ao mercado, em 29/02/2020 houve a cisão parcial da Companhia, correspondente à unidade industrial no município de Lins/SP. A Companhia identificou ativos e passivos relacionados à referida planta (filial), e constituiu acervo líquido que foi cindido e incorporado pela empresa Lins Agroindustrial S.A., as quais passaram a operar de forma independente. Após a cisão, a Companhia manteve os compromissos assumidos perante a sua filial anteriores ao processo de cisão, conforme termos acordados entre os acionistas, em especial os processos administrativos e judiciais tributários, sendo a Companhia responsável pelo pagamento de obrigações e recebimento de direitos na proporção de 50% que venham a resultar sobre o período em que a filial cindida fazia parte do mesmo grupo econômico. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração da Companhia em 30/06/2022. **1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício:** (a) **Aquisição da Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. ("Cevasa"):** Em 28/07/2021, a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. ("Cevasa" ou "Controlada"), a qual atua no mercado sucoenergético e possui um portfólio diverso de produtos que comercializa, com a fabricação de energia a partir da biomassa, além de produzir açúcar e etanol utilizando a cana-de-açúcar. A energia comercializada pela Cevasa é gerada em usina com capacidade instalada de 100% e é totalmente renovável e de baixo custo. No processo de fabricação, ela utiliza o bagaço da cana como resíduo para a produção de vapor e de energia elétrica, além de produzir também combustível renovável e limpo (etanol anidro e hidratado) oriundos da cana-de-açúcar com a finalidade carburante ou industrial. A Cevasa conta com aproximadamente 1.100 colaboradores e finalizou a safra de 2021/22 com a moagem de 2.133 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 164 mil toneladas de açúcar, 75 milhões de litros de Etanol e 109 mil megawatts na geração de energia elétrica. A receita líquida nos últimos 12 meses, findos em 31/03/2022 totalizou R\$ 571,866, sendo R\$ 321,502 açúcar, R\$ 250,021 etanol, e R\$ 343 em demais produtos. A partir da data da aquisição, a Companhia passou a reconhecer 100% de seus resultados como equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras individuais e incluiu referida controlada em suas demonstrações financeiras consolidadas. Sendo assim, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2022 não são totalmente comparáveis às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021, as quais estão sendo apresentadas como demonstrações financeiras correspondentes. A aquisição do controle da Cevasa foi reconhecida contabilmente como uma combinação de negócios, nos termos do CPC 15, e os efeitos contábeis são apresentados na Nota 7. **(b) Renovável - B:** Em 13/07/2021, o Renovável B, uma unidade operacional, foi adquirida pela Companhia. O principal instrumento do Renovável B é o estabelecimento de metas nacionais e anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As distribuidoras de combustíveis devem comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBOI), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões. Em 31/03/2022, a Companhia e sua controlada possuíam 18.645 mil Cbios emitidos e ainda não comercializados (Nota 11) (2021 - 84.731 mil Cbios não comercializados). Durante a safra finda em 31/03/2022 foram comercializados 368.719 mil Cbios (2021 - 163.662 mil Cbios), classificados na receita líquida (Nota 30). A Comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre através da B3. **(c) Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras:** Em atendimento ao Ofício Circular SINC/SEP 02/2020, que trata da orientação sobre a divulgação dos potenciais impactos da COVID-19 e suas variantes nas demonstrações financeiras, considerando os principais riscos e incertezas advindos desta análise, a Companhia apresentou as demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 2022 e 2021, possíveis impactos: (i) Ações realizadas pela Companhia em função da COVID-19 e suas variantes e possíveis impactos nos seus controles internos; (ii) Aumento do risco de perdas em ativos financeiros (CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros); (iii) Valor realizável de estoques (CPC 16/IFRS IAS 2 - Estoques); (iv) Impacto de ativos imobilizados e intangíveis (CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos); (v) Impairment na receita do exercício e nas margens; (vi) Análise de continuidade operacional da Companhia; (vii) Fluxo de caixa, impactos no acesso ao crédito de empréstimos e financiamentos e *covenants*. A Companhia, no resultado de suas análises, não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios de 2022. Em 2021 as demonstrações financeiras da Controladora foram impactadas principalmente pela variação cambial, em que expressiva alta do dólar reduziu o lucro acumulado até março e pelos instrumentos financeiros derivativos de *Hedge Accounting*, que reduziu significativamente o patrimônio líquido até março. **(d) Impactos da guerra entre Rússia e Ucrânia:** A Companhia e sua controlada monitoram e adotam medidas para mitigar os impactos no cenário econômico global, do conflito entre Rússia e Ucrânia, o que pode afetar significativamente o setor sucoenergético da Companhia, principalmente as normas contábeis e as demonstrações financeiras, não incluindo quaisquer ajustes em razão desse conflito. **(e) Riscos climáticos:** A Companhia e sua controlada estão sujeitas a riscos climáticos, como incêndios, geadas e secas prolongadas. Para mitigar estes impactos, adotam ações constantes como monitoramentos climáticos, capacidades e investimentos em equipamentos de combate a incêndios, bem com outras medidas. **2. Base de preparação e mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas na Nota 5. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, em outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis quando há incertezas quanto aos resultados e condições futuras da Companhia e a seleção das seguintes políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento, o têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31/03/2022, que estão sendo apresentadas como cifras comparativas, correspondem às operações ocorridas após a referida reestruturação societária (Nota 1.1 (a)), em 31/07/2021, e, portanto, não são comparáveis. **3. Mudança nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/04/2021 e não resultaram em impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo. **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia e pelo Grupo, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitiu mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito mediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de Hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06 (R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30/06/2022. Adicionalmente, em 25/10/2021, o Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º/01/2022, ou seja, não estão em vigor para o exercício iniciado em 1º/04/2021. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC - Inclusão dos itens 39A0 e novo D13A, alteração da forma de aplicação do item D1 e do item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser usadas nos testes de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão dos itens 68A, 94A e 108 e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração dos itens 11, 14, 21, 22 e 23 e inclusão dos itens 21A, 21B, 21C, 23A e 64Q no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia e sua controlada atuam (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada e, também, a sua moeda de apresentação. **5. Principais políticas contábeis:** A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **5.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades que estão sob o controle no exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de Hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06 (R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30/06/2022. Adicionalmente, em 25/10/2021, o Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º/01/2022, ou seja, não estão em vigor para o exercício iniciado em 1º/04/2021. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC - Inclusão dos itens 39A0 e novo D13A, alteração da forma de aplicação do item D1 e do item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser usadas nos testes de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão dos itens 68A, 94A e 108 e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração dos itens 11, 14, 21, 22 e 23 e inclusão dos itens 21A, 21B, 21C, 23A e 64Q no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia e sua controlada atuam (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada e, também, a sua moeda de apresentação. **5. Principais políticas contábeis:** A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **5.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades que estão sob o controle no exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de Hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06 (R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30/06/2022. Adicionalmente, em 25/10/2021, o Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º/01/2022, ou seja, não estão em vigor para o exercício iniciado em 1º/04/2021. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC - Inclusão dos itens 39A0 e novo D13A, alteração da forma de aplicação do item D1 e do item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser usadas nos testes de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão dos itens 68A, 94A e 108 e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração dos itens 11, 14, 21, 22 e 23 e inclusão dos itens 21A, 21B, 21C, 23A e 64Q no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia e sua controlada atuam (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada e, também, a sua moeda de apresentação. **5. Principais políticas contábeis:** A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **5.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades que estão sob o controle no exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de Hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06 (R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30/06/2022. Adicionalmente, em 25/10/2021, o Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º/01/2022, ou seja, não estão em vigor para o exercício iniciado em 1º/04/2021. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC - Inclusão dos itens 39A0 e novo D13A, alteração da forma de aplicação do item D1 e do item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser usadas nos testes de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão dos itens 68A, 94A e 108 e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração dos itens 11, 14, 21, 22 e 23 e inclusão dos itens 21A, 21B, 21C, 23A e 64Q no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia e sua controlada atuam (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada e, também, a sua moeda de apresentação. **5. Principais políticas contábeis:** A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **5.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades que estão sob o controle no exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de Hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06 (R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30/06/2022. Adicionalmente, em 25/10/2021, o Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º/01/2022, ou seja, não estão em vigor para o exercício iniciado em 1º/04/2021. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC - Inclusão dos itens 39A0 e novo D13A, alteração da forma de aplicação do item D1 e do item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser usadas nos testes de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão dos itens 68A, 94A e 108 e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração dos itens 11, 14, 21, 22 e 23 e inclusão dos itens 21A, 21B, 21C, 23A e 64Q no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e do Grupo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia e sua controlada atuam (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e sua controlada e, também, a sua moeda de apresentação. **5. Principais políticas contábeis:** A Companhia e sua controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **5.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades que estão sob o controle no exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de Hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06 (R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Empresa nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30/06/2022. Adicionalmente, em 25/10/2021, o Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º/01/2022, ou seja, não estão em vigor para o exercício iniciado em 1º/04/2021. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC - Inclusão dos itens 39A0 e novo D13A, alteração da forma de aplicação do item D1 e do item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser usadas nos testes de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar

continuação  
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras - em 31 de março de 2022. Da Usina Batatais S/A Açúcar e Alcool - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**9. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: (a) Caixa e equivalentes de caixa**

Indexador	Remuneração média ponderada		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos no Brasil	1.499	675	42	
Bancos no exterior (dólar norte-americano)	105.824	105.730	220.328	
Aplicações financeiras no Brasil				
CDB	CDI 103,79%	103,89%	542.493	349.813
LF - Letra financeira	CDI 101,20%	102,06%	29.720	29.720
Debêntures compromissadas	CDI 80,00%	80,00%	14.245	14.245
Total de caixa e equivalentes de caixa			693.781	500.183

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor. A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 35.

**(b) Aplicações financeiras**

Indexador	Remuneração média ponderada		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras				
CDB	CDI 116,18%	111,40%	49.090	49.090
LF - Letra financeira	CDI 101,20%	102,19%	29.720	29.720
Total de aplicações financeiras			78.810	78.810
Ativo circulante			16.276	16.276
Ativo não circulante			62.534	62.534

As aplicações financeiras são investimentos que não atendem ao conceito de equivalentes de caixa, usualmente relacionadas a garantias para operações de financiamento, com restrição de resgate até o vencimento dos contratos. A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 32.

**10. Contas a receber de clientes**

Consolidado	Controladora	
	2022	2021
Clientes mercado externo	44.233	39.087
Clientes mercado interno	8.472	8.472
Partes relacionadas (Nota 24)	-	592
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	(631)	(631)
	52.074	47.520

O saldo a receber de clientes, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, refere-se a venda direta de produtos aos clientes. A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota 35. O saldo de contas a receber de clientes a vencer e vencidos está distribuído como segue:

Consolidado	Controladora	
	2022	2021
A vencer	46.618	42.871
Vencidos até 30 dias	339	337
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.699	1.699
Vencidos entre 61 e 90 dias	2.206	2.128
Vencidos entre 91 e 180 dias	346	346
Vencidos acima de 181 dias	52.074	47.520

Os saldos vencidos informados acima já foram substancialmente recebidos, de forma subsequente, pelo Grupo.

**11. Estoques**

Consolidado	Controladora	
	2022	2021
Produtos acabados	73.201	39.479
Custos a apropriar do período de entressafra	87.087	42.847
Créditos de descarbonização - CBios	1.450	322
Almoarifado de insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	45.853	24.266
	207.591	106.914

O custo dos produtos acabados contempla a cana-de-açúcar (considerada como produto agrícola e mensurada pelo valor justo, menos despesas de vendas, no momento da colheita) e os gastos gerais de fabricação, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os gastos com manutenção de entressafra são gastos incorridos na manutenção de equipamentos agrícolas e industriais que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte. Os estoques de almoarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Em 31/03/2022, a Companhia e sua controlada possuíam 18.654 mil (84.731 mil em 31/03/2021) CBios emitidos e ainda não comercializados.

**12. Ativo biológico: A movimentação do ativo biológico (cana-de-açúcar) está demonstrada abaixo:**

Consolidado	Controladora	
	2022	2021
Ativo biológico no início do exercício	148.642	148.642
Ativo biológico recebido na aquisição de controle	22.859	-
Aumentos decorrentes de tratamentos culturais	175.492	144.164
Reduções decorrentes de colheita	(149.275)	(134.930)
Varição no valor justo	3.113	9.862
	200.831	167.738

A Companhia e sua controlada estão expostas a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **(i) Riscos regulatórios e ambientais:** A Companhia e sua controlada estão sujeitas às leis e regulamentos de vários órgãos reguladores, para os quais estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento. **(ii) Riscos climáticos e outros:** As plantações da Companhia e sua controlada estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios acidentais e criminosos e outras forças da natureza. Existem processos voltados ao monitoramento e mitigação desses riscos, incluindo controle de pragas à cultura no campo e na indústria. A estimativa do valor justo dos ativos biológicos considera as informações e riscos conhecidos no encerramento das demonstrações financeiras. Não há nenhum tipo de seguro contratado que cubra esses riscos. **(iii) Lavorações de cana-de-açúcar:** As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

Consolidado	Controladora	
	2022	2021
Área estimada de colheita (hectares)	45.579	35.134
Produtividade prevista (tonelada/hectare)	72,61	73,82
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/ton)	133,63	134,07
Valor do kg de ATR - médio projetado (R\$)	1,23	0,98

**Análise de sensibilidade do valor justo:** A Companhia e sua controlada avaliaram o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/03/2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar; e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$24.981 no Consolidado e R\$ 19.464 na Controladora. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 18.692 no Consolidado e R\$ 14.565 na Controladora.

**13. Adiantamentos a fornecedores**

Consolidado	Controladora	
	2022	2021
Adiantamento a fornecedores de bens e serviços	1.714	1.714
Adiantamento a fornecedores de cana-de-açúcar	5.637	533
Adiantamento a outros fornecedores	417	292
	7.768	2.247

Os adiantamentos são representados, substancialmente, por valores adiantados a fornecedores de cana, bens e serviços.

**14. Tributos a recuperar**

Consolidado	Controladora	
	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.241	850
Programa de integração social - PIS	2.233	2.167
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	9.757	9.586
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS REINTEGRA	7.687	5.247
Demais impostos	2.488	173
	337	69
Ativo circulante	23.743	18.092
Ativo não circulante	(13.334)	(8.766)
	10.409	9.326

Os valores de ICMS, PIS e COFINS, que estão registrados no ativo circulante, são créditos acumulados da aquisição de ativos imobilizados que serão recuperados nos próximos 12 meses, com impostos gerados na comercialização de açúcar, etanol e subprodutos. A parcela existente no ativo não circulante refere-se a créditos de ICMS, PIS e COFINS na aquisição de ativos imobilizados, em que se estima que serão realizados em período superior a 12 meses.

**15. Demais contas a receber**

Consolidado	Controladora	
	2022	2021
Empréstimos a terceiros	3.714	3.714
Repasse de área plantada de Cana-de-açúcar (i)	202	-
Depósitos judiciais	2.163	1.619
Contas a receber Cooperativa (ii)	3.583	3.583
Outras contas a receber	5.439	2.678
	15.101	11.594
Ativo circulante	(8.162)	(6.391)
Ativo não circulante	6.939	5.203

**(i)** Repasse de área com cana-de-açúcar plantada com saldo a vencer até 2023. **(ii)** Participação da Companhia em processos de restituição de tributos administrados pela Cooperativa, para os quais não há mais possibilidade de reversão do crédito. O saldo não sofre atualização e não há data definida para realização, motivo pelo qual os saldos são classificados como não circulante.

**16. Investimentos: (a) Composição dos saldos**

Consolidado	Controladora	
	2022	2021
Investimento em controlada direta	561.363	-
Outros investimentos (i)	875	826
	562.238	826

**(i)** Devido a cisão mencionada no Contexto Operacional, o saldo de 5.042 ações foi dividido em 50% para a Companhia e 50% para o acervo líquido cindido, restando para a Companhia 2.521 ações. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4/01/2021 pelo CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A., as ações existentes foram desdobradas em 400 (quatrocentos) novas ações ordinárias para cada 1 (uma) ação ordinária existente, assim as 2.521 ações da Companhia, passaram para 1.008.400 ações, sem valor nominal. Este investimento está avaliado ao custo de aquisição por ser esta a melhor estimativa de realização do valor deste ativo até a presente data.

**(b) Movimentação dos investimentos**

Movimentação dos investimentos	Controladora	
	2022	2021
Em controlada:		
Saldo no início do exercício:	-	-
Valor do patrimônio líquido da controlada na aquisição	441.791	-
Mais-valia, líquida na data da aquisição	78.036	-
Equivalência patrimonial em controlada	16.585	-
Realização da mais e menos-valia líquida dos ativos identificados na combinação de negócios	6.265	-
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	18.686	-
Saldo no final do exercício	561.363	-
Outros investimentos		
Saldo no início do exercício:	826	817
Outras movimentações	49	9
Saldo no final do exercício	875	826
Total dos investimentos	562.238	826

Conforme mencionado na Nota 7, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Cevasa, onde R\$519.827 refere-se ao valor justo dos ativos e passivos adquiridos líquidos, composto por R\$ 302.369 de valor negociado e R\$ 217.458 de ganho por compra vantajosa.

**(c) Resumo das informações financeiras da Controlada**

Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. - "Cevasa"	2022	
	em	em
<b>Informações das controladas</b>		
Quotas possuídas	494.854	
Capital social	494.854	
Ativos	829.492	
Passivos	352.428	
Patrimônio líquido	477.064	
Mais-valia dos ativos e passivos adquiridos líquidos	84.299	
Receita líquida de vendas - 8 meses	389.990	
Lucro líquido do exercício - 8 meses	16.585	
Percentual de participação	100,00%	
Com a aquisição da Cevasa, a Companhia passou a consolidar os resultados da controlada a partir de agosto de 2021.		

**17. Imobilizado**

Terras e Terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas		Cana-de-açúcar	Outros	Obras em Andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
				2022	2021					
6.970	45.159	237.659	59.959	90.027	456.991	30.130	16.694	12	943.601	
-	(22.897)	(165.074)	(33.711)	(41.063)	(258.736)	(21.184)	-	-	(542.665)	
6.970	22.262	72.585	26.248	48.964	198.255	8.946	16.694	12	400.936	
2.792	81.233	208.545	7.194	39.737	24.256	2.125	4.010	350	370.242	
-	262	10.734	1.266	16.084	111.601	1.322	18.325	13.369	172.593	
-	3.645	17.712	-	(71)	-	1.718	(18.015)	(3.189)	(14.553)	
-	-	(324)	(1.606)	(1.176)	(2.686)	(52)	(111)	(8.498)	(14.453)	
-	(3.896)	(25.032)	(3.551)	(11.167)	(38.641)	(2.472)	-	-	(84.759)	
9.762	103.506	284.220	29.551	92.291	292.785	11.587	18.813	2.044	844.559	
9.762	155.807	603.601	67.603	147.811	591.819	33.773	18.813	2.044	1.631.033	
-	(52.301)	(319.381)	(38.052)	(55.520)	(299.034)	(22.187)	-	-	(786.475)	
9.762	103.506	284.220	29.551	92.291	292.785	11.586	18.813	2.044	844.559	

Terras e Terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas		Cana-de-açúcar	Outros	Obras em Andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
				2022	2021					
6.970	44.740	227.485	66.910	96.272	413.671	28.452	7.994	465	892.969	
-	(21.434)	(158.833)	(36.589)	(44.389)	(214.874)	(19.061)	-	-	(483.180)	
6.970	23.306	70.662	30.321	51.883	198.797	8.391	7.994	465	399.789	
-	4	4.506	1.371	6.538	45.085	1.160	5.963	10.221	74.848	
-	415	6.778	(878)	878	-	744	2.737	(10.674)	-	
-	(154)	(1.280)	(2.562)	(264)	(41)	-	-	-	(4.301)	
-	(1.463)	(9.207)	(3.286)	(7.773)	(45.363)	(2.308)	-	-	(69.400)	
6.970	22.262	72.585	26.248	48.964	198.255	8.946	16.694	12	400.936	
6.970	45.159	237.659	59.959	90.027	456.991	30.130	16.694	12	943.601	
-	(22.897)	(165.074)	(33.711)	(41.063)	(258.736)	(21.184)	-	-	(542.665)	
6.970	22.262	72.585	26.248	48.964	198.255	8.946	16.694	12	400.936	
-	232	8.412	1.266	13.727	84.839	1.000	14.738	8.530	132.744	
-	1.180	15.509	-	(71)	-	74	(16.692)	-	-	
-	-	(6)	(1.161)	(1.176)	(2.715)	(33)	-	-	(8.237)	
-	(1.471)	(10.443)	(3.093)	(7.960)	(40.244)	(1.852)	-	-	(65.063)	
6.970	22.203	86.057	23.260	53.484	240.135	8.135	14.740	305	455.289	
6.970	46.571	261.178	57.872	97.983	438.406	23.675	14.740	305	947.700	
-	(24.368)	(175.121)	(34.612)	(44.499)	(198.271)	(15.540)	-	-	(492.411)	
6.970	22.203	86.057	23.260	53.484	240.135	8.135	14.740	305	455.289	

**(a) Bens dados em garantia:** A Companhia e sua controlada cederam determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos, perfazendo um total de R\$ 7.317 em 31/03/2022 (2021 - R\$ 8.188). **(b) Valor recuperável do ativo imobilizado:** O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios encerrados em 31/03/2022 e de 2021, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

**(c) Aquisição de bens financiados:** No exercício de 2022 e 2021 não ocorreram aquisições de bens e expansão plantio por meio de operações financeiras sob a modalidade Finame e Finem.

**18. Direito de uso, arrendamentos a pagar e parceria agrícola a pagar:** A movimentação dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamento durante o exercício foram as seguintes:

Arrendamento	Consolidado		Controladora	
	Arrendamento Veicu-los			



→\* continuação  
diferença entre preços fixados na contratação e seus respectivos valores de mercado. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia e sua controlada como pelos bancos que intermediam as operações. Existem limites concedidos pelas instituições e só haverá necessidade de depósitos de margem caso o ajuste seja superior ao limite concedido. Assim, o principal impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e sua controlada se dá no momento da liquidação.

#### Instrumentos derivativos não realizados

	Consolidado 2022			2022			Controladora 2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Contratos de derivativos de açúcar	-	233.888	(46.309)	-	229.645	(46.309)	-	150.681	(20.660)
Contratos de derivativos de etanol	-	-	(8)	-	-	(8)	-	854	(12.438)
Contratos de derivativos de moeda	46.249	491	13.384	24.295	491	13.384	1	54.825	11.350
Contratos de derivativos de swap	18.086	9.198	6.693	18.086	9.198	6.693	-	212	(434)
	64.335	243.577	(26.240)	42.381	239.334	(26.240)	1	206.572	(22.182)
Circulante	59.098	176.519	-	173.640	-	-	1	127.753	-
Não circulante	5.237	67.058	-	65.694	-	-	-	78.819	-

A Companhia e sua controlada faz uso da Contabilidade de Hedge desde abril de 2016, quando passou a designar alguns instrumentos e tem, desde então, resultados acumulados no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, os quais serão levados ao resultado somente quando da liquidação do objeto de hedge. Os instrumentos não designados para a Contabilidade de Hedge seguem tendo sua marcação a mercado, bem como sua liquidação, alocadas na demonstração do resultado do período, dentro do resultado financeiro, tendo reconhecido uma perda de R\$ 26.240 no exercício findo em 31/03/2022 (2021 uma perda de R\$ 22.182).

**Risco de moeda:** Companhia e sua controlada estão sujeitas ao risco de moeda (dólar norte-americano) nas vendas, compras, contas a receber e empréstimos e financiamentos denominados em moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia e sua controlada, no caso, o Real (R\$). A Companhia e sua controlada utilizam Contratos de Balcão para proteger seu risco de moeda. Os ativos (caixa e equivalentes a caixa e contas a receber) e passivos monetários (empréstimos e financiamentos) denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxas à vista ou futuras (*forwards*), quando necessário, substancialmente para exposições de curto prazo. Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia e sua controlada, principalmente em Reais, mas também em USD. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia e sua controlada. Portanto, a gestão dessa exposição e seus limites ocorrem dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de hedge de acordo com a nova necessidade. O nível permitido de exposição cambial e os instrumentos derivativos que podem ser utilizados pela Companhia e sua controlada estão definidos na Política de Gestão de Riscos. **Análise de sensibilidade de câmbio:** A Companhia e sua controlada adotaram três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada. O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e sua controlada e representam a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravado do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente. A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31/03/2022, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Exposição 31/03/2022 em R\$		Exposição 31/03/2022 em USD		Provável		Redução em 50%		Elevação em 50%	
	Risco	Câmbio	Câmbio	valor	valor	50%	25%	25%	50%	
Controladora e Consolidado										
Passivos financeiros										
Contas a receber de clientes	8.472	USD 4.7372	1.788	5,0100	488	(4.236)	(2.118)	2.118	4.236	
Empréstimos e Financiamentos	177.511	USD 4.7372	37.472	5,0100	(10.222)	88.756	44.378	(44.378)	(88.756)	
Impacto total estimado	185.983		39.260		(9.734)	84.520	42.260	(42.260)	(84.520)	

**Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia e sua controlada decorre, substancialmente, de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Como política, as aplicações e parte significativa dos empréstimos e financiamentos são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um hedge natural entre os saldos. O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos. Além disso, a administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, a Companhia e sua controlada tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros prefixadas, para as quais busca ter como teto o Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações. **Perfil:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	CDI	78.810	78.810	51.859
Demais contas a receber	CDI SELIC	5.877	5.333	6.109
		84.687	84.143	57.968

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos - Nota de Crédito a Exportação - NCE	CDI	36.071	36.071	48.008
Empréstimos e Financiamentos - CPR Financeiro	CDI	210.588	210.588	213.315
Empréstimos e Financiamentos - Certif. Recebíveis Agronegócio (Nota A)	CDI	103.354	103.354	200.374
Empréstimos e Financiamentos - Cédula de Crédito Bancário	CDI	100.999	-	-
Empréstimos e Financiamentos - Certif. Recebíveis de Agronegócio (Fiagro)	CDI	121.068	121.068	-
Empréstimos e Financiamentos - Debêntures Incentivadas (Nota B)	IPCA	164.895	164.895	-
Empréstimos e Financiamentos - Cédula de Crédito Bancário	CDI	23.688	23.688	23.260
Empréstimos e Financiamentos - Finex	CDI	142.324	142.324	137.548
Empréstimos e Financiamentos - Notas de Crédito Rural	CDI	12.961	12.961	12.741
Empréstimos e Financiamentos - Renovabio BNDES	IPCA	31.575	31.575	-
Empréstimos e Financiamentos - Finame/Finem	Tx Pré	766	766	1.515
Empréstimos e Financiamentos - Finen/Renovabio BNDES	IPCA	126.202	126.202	-
Empréstimos e Financiamentos - Finen/Renovabio BNDES	Tx Pré	736	736	-
Obrigações com a Cooperativa - Tributos e contribuições	SELIC	10.886	10.886	11.672
		1.086.113	985.114	648.433

**Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:** Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

	Exposição 31/03/2022		Provável		aumento do índice em 25%		aumento do índice em 50%		redução do índice em 25%		redução do índice em 50%	
	Risco	valor	valor	valor	valor	valor	valor	valor	valor	valor	valor	
Aplicações financeiras	CDI	772.591	11,65%	90,007	14,56%	112,509	17,48%	135,010	8,74%	67,505	5,83%	45,003
Outros investimentos	CDI	5.877	11,65%	685	14,56%	856	17,48%	1.027	8,74%	514	5,83%	342
Total dos ativos financeiros		778.468		90.692		113.364		136.037		68.019		45.346
Passivos financeiros												
Empréstimos e Financiamentos - Nota de Crédito a Exportação - NCE	(36.071)	CDI	11,65%	(4.202)	14,56%	(5.253)	17,48%	(6.303)	8,74%	(3.152)	5,83%	(2.101)
Empréstimos e Financiamentos - CPR Financeira	(210.588)	CDI	11,65%	(24.534)	14,56%	(30.667)	17,48%	(36.800)	8,74%	(18.400)	5,83%	(12.267)
Empréstimos e Financiamentos - Certif. Recebíveis Agronegócio (Nota A)	(103.354)	CDI	11,65%	(12.041)	14,56%	(15.051)	17,48%	(18.061)	8,74%	(9.031)	5,83%	(6.020)
Empréstimos e Financiamentos - Cédula de Crédito Bancário	(100.999)	CDI	11,65%	(11.766)	14,56%	(14.708)	17,48%	(17.650)	8,74%	(8.825)	5,83%	(5.883)
Empréstimos e Financiamentos - Certif. Recebíveis do Agronegócio (Fiagro)	(121.068)	CDI	11,65%	(14.104)	14,56%	(17.631)	17,48%	(21.157)	8,74%	(10.578)	5,83%	(7.052)
Empréstimos e Financiamentos - Debêntures Incentivadas (Nota B)	(164.895)	IPCA	11,30%	(18.633)	14,13%	(23.291)	16,95%	(27.950)	8,48%	(13.975)	5,65%	(9.317)
Empréstimos e Financiamentos - Cédula de Crédito Bancário	(23.688)	CDI	11,65%	(2.760)	14,56%	(3.450)	17,48%	(4.139)	8,74%	(2.070)	5,83%	(1.380)
Empréstimos e Financiamentos - Finex	(142.324)	CDI	11,65%	(16.581)	14,56%	(20.726)	17,48%	(24.871)	8,74%	(12.436)	5,83%	(8.290)
Empréstimos e Financiamentos - Nota de Crédito Rural	(12.961)	CDI	11,65%	(1.510)	14,56%	(1.887)	17,48%	(2.265)	8,74%	(1.132)	5,83%	(755)
Empréstimos e Financiamentos - Renovabio BNDES	(31.575)	IPCA	11,30%	(3.568)	14,13%	(4.460)	16,95%	(5.352)	8,48%	(2.676)	5,65%	(1.784)
Empréstimos e Financiamentos - Finame/Finem	(766)	Tx Pré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - Finen/Renovabio BNDES	(126.202)	IPCA	11,30%	(14.261)	14,13%	(17.826)	16,95%	(21.391)	8,48%	(10.696)	5,65%	(7.130)
Obrigações com a Cooperativa - Tributos e contribuições	(10.886)	SELIC	11,65%	(1.268)	14,56%	(1.585)	17,48%	(1.902)	8,74%	(951)	5,83%	(634)
Total dos passivos financeiros		(1.086.113)		(125.228)		(156.535)		(187.842)		(93.921)		(62.614)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(34.536)		(43.170)		(51.804)		(25.902)		(17.268)

Aos Administradores e Acionistas da Usina Batatais S.A. Açúcar e Alcool. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Usina Batatais S.A. Açúcar e Alcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Usina Batatais S.A. Açúcar e Alcool e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina Batatais S.A. Açúcar e Alcool e da Usina Batatais S.A. Açúcar e Alcool e sua controlada em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA:** **Combinação de negócios - aquisição da controlada Central Energética Vale do Sapucaí Ltda. ("Ceva-sa"):** Conforme descrito nas Notas 1.1 (a) e 7 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de março de 2022 a Companhia adquiriu o controle da Central Energética Vale do Sapucaí. Esta transação foi avaliada como combinação de negócios sob o método da norma CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a ser contabilizada pelo método de aquisição. Tal método considera, entre outros, a determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ágio ou ganho por compra vantajosa, no caso de o custo de aquisição ser superior ou inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, respectivamente. Consideramos essa área como de foco na auditoria devido ao nível de julgamento envolvido na identificação e na determinação dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como do ganho na compra vantajosa apurado. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração na aplicação do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, incluindo a avaliação dos modelos de cálculo para determinação da alocação dos preços de compra nessa transação. Avaliamos os procedimentos adotados pela administração na determinação do adquirente contábil, os quais incluíram o entendimento da avaliação realizada pela administração para a avaliação da combinação de negócios, a análise dos atos societários que formalizaram a transação, a verificação dos efeitos contábeis

#### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

resultantes dessa transação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Com o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos com os principais responsáveis a identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, comparando-as com dados observáveis de mercado e/ou segmento de atuação, quando aplicável, e com informações históricas disponíveis, bem como com os contratos que formalizaram a transação. Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios. Avaliamos a adequação das divulgações sobre a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios efetuada pela Companhia. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos da administração para determinar os efeitos dessa transação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, bem como os julgamentos e premissas utilizadas pela administração no processo de identificação e mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e passivo assumidos na transação são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da

Exposição 31/03/2022	Risco	aumento do índice em 25%		aumento do índice em 50%		redução do índice em 25%		redução do índice em 50%	
		provável	valor	provável	valor	provável	valor	provável	valor
Aplicações financeiras	CDI	11,65%	67.453	14,56%	84.316	17,48%	101.179	8,74%	50.590
Outros investimentos	CDI	11,65%	621	14,56%	777	17,48%	932	8,74%	466
Total dos ativos financeiros			68.074		85.092		102.111		51.055

	Exposição 31/03/2022	Risco	aumento do índice em 25%		aumento do índice em 50%		redução do índice em 25%		redução do índice em 50%	
			provável	valor	provável	valor	provável	valor	provável	valor
Passivos financeiros										
Empréstimos e Financiamentos - Nota de Crédito à Exportação - NCE	(36.071)	CDI	11,65%	(4.202)	14,56%	(5.253)	17,48%	(6.303)	8,74%	(3.152)
Empréstimos e Financiamentos - CPR Financeira	(210.588)	CDI	11,65%	(24.534)	14,56%	(30.667)	17,48%	(36.800)	8,74%	(18.400)
Empréstimos e Financiamentos - Certif. Recebíveis Agronegócio (Nota A)	(103.354)	CDI	11,65%	(12.041)	14,56%	(15.051)	17,48%	(18.061)	8,74%	(9.031)
Empréstimos e Financiamentos - Certif. Recebíveis do Agronegócio (Fiagro)	(121.068)	CDI	11,65%	(14.104)	14,56%	(17.631)	17,48%	(21.157)	8,74%	(10.578)
Empréstimos e Financiamentos - Debêntures Incentivadas (Nota B)	(164.895)	IPCA	11,30%	(18.633)	14,13%	(23.291)	16,95%	(27.950)	8,48%	(13.975)
Empréstimos e Financiamentos - Cédula de Crédito Bancário	(23.688)	CDI	11,65%	(2.760)	14,56%	(3.450)	17,48%	(4.139)	8,74%	(2.070)
Empréstimos e Financiamentos - Finex	(142.324)	CDI	11,65%	(16.581)	14,56%	(20.726)	17,48%	(24.871)	8,74%	(12.436)
Empréstimos e Financiamentos - Nota de Crédito Rural	(12.961)	CDI	11,65%	(1.510)	14,56%	(1.887)	17,48%	(2.265)	8,74%	(1.132)
Empréstimos e Financiamentos - Renovabio BNDES	(31.575)	IPCA	11,30%	(3.568)	14,13%	(4.460)	16,95%	(5.352)	8,48%	(2.676)
Empréstimos e Financiamentos - Finame/Finem	(766)	Tx Pré	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - Finen/Renovabio BNDES	(126.202)	IPCA	11,30%	(14.261)	14,13%	(17.826)	16,95%	(21.391)	8,48%	(10.696)
Obrigações com a Cooperativa - Tributos e contribuições	(10.886)	SELIC	11,65%	(1.268)	14,56%	(1.585)	17,48%	(1.902)	8,74%	(951)
Total dos passivos financeiros				(113.461)		(141.827)		(170.192)		(85.096)

**Impacto no resultado e no patrimônio líquido** (45.387) (56.734) (68.081) (34.041) (22.694)

**36. Gerenciamento de capital:** A gestão de capital da Companhia e sua controlada são feitas para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco